



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Boulevard Antônio Festa, 88 - Centro, Votorantim – SP - CEP: 18110-105

Parecer n. 21/2025-LNS

Projeto de Lei Ordinária n. 021/25

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, de iniciativa parlamentar, que institui a Campanha de Identificação Civil para as crianças, no âmbito do Município de Votorantim.

Nos termos da justificativa da Proposta, a emissão de documento de identidade “é essencial para garantir a segurança da criança em diversas situações, ele contém o registro da digital que fica cadastrada no banco de dados da Polícia, importante para a identificação da criança após ser encontrada em caso de desaparecimento”.

A proteção à criança, assim considerada a pessoa até doze anos incompletos, está prevista no art. 227 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, “com fundamento no legítimo exercício da autonomia municipal, não há impedimento ao Poder Legislativo do Município editar lei, estimulando a criação de políticas públicas para a primeira infância” (ARE 878.911, Rel. Min. Gilmar Mendes).

A criação de regras locais com a finalidade de assegurar direitos previstos na Carta Magna é constitucional, desde que editada com os atributos típicos da atividade parlamentar (abstração e generalidade) e não imponha meios concretos de aplicação da norma ao Executivo.

A nosso ver, a medida prevista no Projeto utilizar-se-á de estrutura administrativa já existente e serviço oferecido a todos, motivo pelo qual, nesse ponto, não haveria afronta à separação dos Poderes.



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

Estado de São Paulo

Boulevard Antônio Festa, 88 - Centro, Votorantim – SP - CEP: 18110-105

A redação do art. 3º da Proposta está assim redigida:

Art. 3º A Campanha de Identificação Civil para as crianças de que trata esta Lei, poderá estabelecer, entre outras, as seguintes ações: I - criar protocolo para exigir, dos pais e responsáveis, o documento de identidade de seus filhos, para participarem dos programas municipais da Secretaria da Saúde; II – comparecimento dos servidores municipais que são credenciados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em data pré-agendada, para coletar as impressões digitais das crianças matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantis - CMEIs.

Ao analisar dispositivo semelhante, previsto na Lei n. 14.924/2024 (art. 2º), do Município de Ribeirão Preto, o Órgão Especial do TJ/SP assim decidiu:

Contudo, conclusão diversa se extrai de seu artigo 2º, **haja vista que através de mecanismo legislativo consubstanciado em "permissão", o dispositivo invade a seara de competência privativa do Executivo**, afrontando os arts. 5º e 47, II, V e XIX, "a" da Carta Bandeirante, de observância obrigatória pelos Municípios ao teor do artigo 144 da citada Carta.

Neste passo, a expressão "PODERÃO SER DESENVOLVIDAS E DIFUNDIDAS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: CAMPANHAS, AÇÕES, EVENTOS, PROJETOS E DEMAIS ATIVIDADES VOLTADAS À CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE À TUBERCULOSE" (ART. 2º) **Constitui evidente interferência do Legislativo em atos de gestão, organização e funcionamento da Administração**, a cargo do Alcaide, dentro dos critérios de conveniência e oportunidade. (Direta de Inconstitucionalidade n. 217965-36.2024.8.26.0000. Relator Xavier de Aquino. Julgado em 29/01/2025). *Grifamos*.

Assim, seguindo entendimento do Tribunal de Justiça, concluímos que o art. 3º do PLO é inconstitucional por interferir na competência privativa do Executivo.

Quanto ao conteúdo do art. 4º deste PLO, que dispõe sobre a possibilidade de o Executivo celebrar parcerias para o cumprimento da Norma, também já se posicionou a Corte Paulista, mas pela sua constitucionalidade:



Câmara Municipal de Votorantim
"Capital do Cimento"

Estado de São Paulo

Boulevard Antônio Festa, 88 - Centro, Votorantim – SP - CEP: 18110-105

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO Lei nº 14.960, de 26 de junho de 2024, que institui e inclui no calendário oficial de eventos a "Semana Municipal das Mães Atípicas" Alegação de vício de iniciativa Inclusão das comemorações no calendário municipal de eventos, promoção de palestras e seminários, bem como a **possibilidade de celebração de convênios e parcerias a fim de viabilizar o cumprimento da norma que, por si só, não implicam em criação/extinção de cargos, funções ou empregos públicos, nem tratam de remuneração de servidores, tampouco interferem diretamente em secretarias ou órgãos da administração** Tema nº 917 de repercussão geral Precedentes do C. STF. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2211186-65.2024.8.26.0000; Relator (a): Afonso Faro Jr.; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 04/12/2024; Data de Registro: 05/12/2024). *Grifamos.*

O art. 5º da Proposta, contendo autorização para o Poder Executivo Municipal regulamentar a Lei, foi recentemente declarado constitucional em decisão de 29/01/2025: "E, por fim, o artigo 5º da lei citada não estipula prazo para a sua regulamentação o que, igualmente, estará a cargo dos critérios da antefalada "conveniência e oportunidade" do Chefe do Executivo". (TJ/SP. Órgão Especial. Direta de Inconstitucionalidade n. 217965-36.2024.8.26.0000. Relator Xavier de Aquino).

Por fim, o dispositivo que trata do prazo para a entrada em vigor da Norma está de acordo com o art. 8º da Lei Complementar n. 95/98: "Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão".

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade da Proposta, ressalvado o seu art. 3º.

LAUDICEIA
NOGUEIRA
SOARES

Assinado de forma
digital por LAUDICEIA
NOGUEIRA SOARES
Data: 2025.03.26
13:54:14 -03'00'